

**PLANO DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PIAUÍ –  
ELEIÇÕES 2022**

**CANDIDATA A GOVERNADORA RAVENNA CASTRO  
PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL – PMN  
MOBILIZA 33**

*“Economistas sabem como  
rescussitar uma economia, mas  
médicos não sabem como ressucitar  
vidas.” Firmino Filho, 2020*

**“PIAUÍ DE RESPEITO E OPORTUNIDADES”  
POR UM PIAUÍ MELHOR PARA TODOS**

## ÍNDICE

### **1. INTRODUÇÃO – PIAUÍ DE RESPEITO E OPORTUNIDADE – UM PIAUÍ MELHOR PARA TODOS**

### **2. GABINETE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR**

#### **2.1. RELAÇÕES INSTITUICIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**

2.1.1. Relações com a Assembleia Legislativa do Piauí – ALEPI

2.1.2. Relações com o Tribunal de Contas do Estado – TCE

2.1.3. Relações com o Tribunal de Justiça do Piauí – TJPI

2.1.4. Relações com o Governo Federal

2.1.5. Relações com outros Governos Estaduais

2.1.6. Relações com os Governos Municipais do Estado do Piauí

2.1.7. Relações com Governos Internacionais

### **3. REFORMA E ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**

#### **3.1. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **3.2. SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**

#### **3.3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

#### **3.4. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

#### **3.5. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

3.5.1. Combate ao Consumo de Drogas e Tratamento

3.5.2 Saúde física e mental de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais,  
Saúde da Mulher, Saúde da Família, Saúde da Criança e Saúde da Pessoa Idosa

#### **3.6. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

3.6.1. Polícia Militar do Estado do Piauí

3.6.2. Polícia Civil do Estado do Piauí

3.6.3. Administração Penitenciária

### **3.7. SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA**

3.7.1. Obras

3.7.1.1. Principais projetos de infraestrutura

3.7.2. Transportes

3.7.3. Minas e Energia

3.7.4. Habitação

3.7.5. Saneamento Básico

3.7.6. Informática

### **3.8. SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

3.8.1. Agência de Fomento

3.8.2. Procon

3.8.3. Trabalho

3.8.4. Indústria e Serviços

3.8.5. Empreendedorismo

### **3.9. SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

3.9.1. Esporte e Lazer

### **3.10. SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

### **3.11. SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL**

### **3.12. PGE, DPGE E CGE**

#### 4. CONCLUSÃO

## **1. INTRODUÇÃO – UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PIAUÍ**

O PMN, partido de pessoas de coragem que lutam por novas e mais oportunidades em busca de melhorar a vida do povo do piauiense, em defesa da igualdade, dos direitos humanos, das pessoas mais vulneráveis e acreditando na união dos povos em busca do bem comum, da garantia de dignidade para a família brasileira e piauiense, da livre economia de mercado, apresenta para a grande mudança no Estado do Piauí, a candidata a governadora Ravenna Castro e seu programa de governo. Este programa está pautado na estrutura organizacional e tem como prioridades as descritas e comentadas a seguir.

## **2. GABINETE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR**

Os gabinetes do Governador e do Vice-Governador do Estado têm a função de auxiliar administrativamente o exercício da função pública executiva do Piauí. No Governo Ravenna Castro, suas atuações serão pautadas nos princípios da moralidade, eficiência, legalidade, transparência, impessoalidade e publicidade. Nesse sentido, o empenho do governo será para desburocratizar e descentralizar o funcionamento da máquina administrativa e com isso facilitar a vida do piauiense. Temos acompanhado por anos o funcionalismo público pouco eficiente, burocrata e ainda deixa a desejar no quesito eficiência. Com um funcionalismo desestimulado e desestimulante, o atendimento público desencoraja o usuário dele e desafia a nossa gestão a fazer um projeto inovador, com objetivo de buscar equiparar ao atendimento privado em termos de eficiência.

Para aproximar o poder público do cidadão, a governadora Ravenna Castro irá dar maior ênfase ao portal da transparência, bem como criará linha direta de contato pelos meios digitais através de meios de comunicação que aproximem povo e governo, trazendo o povo para a roda de decisões. Pois, tudo que se deve acontecer num Governo é para o povo e pelo povo. Então nada mais justo que este sente-se a mesa com seus governantes e representantes para participar das decisões que influenciarão as vidas dos piauienses e suas famílias pelos próximos quatro anos e quem dirá pelas próximas gerações e o futuro! Vamos juntos alargar esta porta para que todos possamos passar lado a lado. Pois portas estreitas não nos permitem passar de mãos dadas. Vamos juntos contruir um Piauí de respeito e oportunidades e não de oportunistas. Pelos nossos filhos. Nós devemos isso a eles! E que Deus nos abençoe e acompanhe sempre na busca por esse futuro melhor!

Ravenna Castro, Mobiliza 33, PMN!

## **2.1. RELACÕES INSTITUCIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**

O objetivo é estreitar e facilitar as relações institucionais com outros poderes públicos em todas as suas instâncias buscando sempre priorizar as necessidades da população e sendo pautada constantemente por ela, que é a principal destinatária dos serviços a serem prestados, o povo do Piauí.

### **2.1.1. Relações com a Assembleia Legislativa do Piauí – ALEPI**

O Governo Ravenna Castro terá uma postura de autonomia e independência em sua relação com a ALEPI, utilizando-se sempre de um comportamento pautado na moralidade, livre de conchavos e interesses não republicanos. Priorizar acima de tudo, o critério técnico, na formação de sua equipe de governo, garantindo a independência do Governo e não cedendo a conchavos e propostas de acordos que envolvam imposição de fatiamento ou uso da máquina pública como cabide de emprego político.

### **2.1.2. Relações com o Tribunal de Contas do Estado – TCE**

O Governo Ravenna Castro respeitará a independência do Tribunal de Contas do Estado, assegurando apoio conjunto nas eventuais investigações de possíveis irregularidades em quaisquer níveis da atividade executiva estadual.

### **2.1.3. Relações com o Tribunal de Justiça do Piauí – TJPI**

O Governo Ravenna Castro dará pleno apoio ao Poder Judiciário do Estado do Piauí, através de um relacionamento respeitoso, independente e autônomo, objetivando a eficiência da prestação administrativa do Governo do Estado do Piauí e da prestação judiciária do Tribunal de Justiça em toda a sua estrutura.

Vamos dar máxima ênfase à prestação jurisdicional em áreas como atendimento à mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, crimes sexuais, pedofilia ou vulnerabilidades. Também dará apoio ao trabalho das varas de infância e idosos, principalmente no tocante a mulheres, crianças e idosos vítimas de violência e da ineficiência ou ausência da necessária prestação de serviços no tocante a Saúde Pública, principalmente, de grupos mais vulneráveis e garantir o mínimo existencial exigível para que se assegure uma saúde digna às famílias do Piauí. Sempre incentivando e visando o fortalecimento das garantias dos direitos dos piauienses. Nosso Governo é um Governo que se pauta nos parâmetros de Justiça. De decisão pelo que é justo para os piauienses.

### **2.1.4. Relações com o Governo Federal**

O Governo do Estado manterá relações institucionais do mais alto nível com

o Governo Federal, independentemente do Presidente a ser eleito em 2022, deixando de lado entraves relacionados a lados partidários e priorizando sempre o bem estar e a supremacia do interesse da população piauiense.

O Governo Ravenna Castro estará sempre em busca de defender os interesses do Estado do Piauí, sempre enfatizando a busca por recursos para investimentos e agregação da bancada federal piauiense em prol das necessidades do povo do Piauí.

#### **2.1.5. Relações com outros Governos Estaduais**

O Governo Ravenna Castro se empenhará em ter um bom relacionamento com os executivos dos outros Estados, visando sempre prevalecer os interesses em prol do bem do povo do Piauí, buscando parcerias e modelos a serem adaptados ao Piauí para melhor servir a população do nosso Estado.

#### **2.1.6. Relações com os Governos Municipais do Estado do Piauí**

Buiscar estrabelecer convênios e parcerias público privadas em áreas de interesses comuns como saúde, educação, segurança, emprego e renda, transportes dentre outros. De forma conjunta, faremos uma gestão eficiente, eficaz, dinâmica, para a melhoria nosso Estado.

#### **2.1.7. Relações com Governos Internacionais**

Incentivar relacionamentos produtivos com Governos internacionais, atraindo investimentos e subsídios para o desenvolvimento social e econômico do Piauí.

### **3. REFORMA E ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**

O enxugamento da máquina pública. Buscar formas para evitar o endividamento exacerbado do Estado e buscar manter em dias as contas do Piauí. Corte de excedentes e racionalização de gastos superfluos. Estimular a vinda de empresas para o Estado, gerando emprego e renda em larga escala, devolvendo a dignidade para os piauienses tão abalados pelos efeitos devastadores da pandemia. Também estimular e apoiar a pequena e média empresa, com incentivos fiscais e orientações técnicas através dos órgãos de assessoramento para gestão. Buscar a inclusão do capital humano ocioso e produtivo que busca por novas e melhores oportunidades a ser absorvido no seguimento privado, que deve expandir para poder recepcionar o público piauiense.

Buscar formas de fazer um empreendedorismo, indústria, comércio, agronegócio e do turismo local fortes, trazendo oportunidade para o povo piauiense.

Vamos elaborar projetos consistentes e viáveis. A construção e duplicação de estradas e rodovias para interligar o Estado e transportar nossa produção e fomentar o turismo. Um novo plano de saneamento básico para que as cidades possam se desenvolver com o mínimo de dignidade e zelo com a saúde.

Mais ônibus, com a redução do preço das passagens, incentivo e investimento no metrô e meios que possam ser mais eficazes para servir os piauienses. Buscar vias alternativas buscando desafogar o trânsito nos horários de pico.

Priorizar a habitação e o saneamento básico capaz de minimizar os efeitos e repercussões da crise sanitária.

Na Educação buscar equiparar o Ensino Público com o privado. Suprir as deficiências. Incentivar os jovens que estão prestes a ingressar na faculdade. Cursos populares com vistas a resultados. Voltar a Educação para um nível de primeiro mundo. Incentivar as atividades culturais e esportes.

### **3.1. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

A Secretaria de Administração é responsável pela execução da política de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais da administração do Estado.

O Governo Ravenna Castro tem como metas para esta secretaria:

- a) implantar novo organograma, com a redução das Secretarias existentes, sem prejuízo na qualidade e prestação de serviços ofertados para população do Estado;
- b) estabelecer calendário anual de auditorias em todas as Secretarias para promover a transparência, eficiência, eficácia e a devida utilização das verbas públicas;
- c) adequar o quantitativo de servidores de carreira e sua correta lotação, evitando desvio de função e desmotivação dos referidos servidores;
- d) promover a qualificação do servidor público e a meritocracia com capacitação continuada e revisão do Plano de Cargos e Salários;
- e) outras ações que visem a eficiência e a transparência da máquina pública estadual.



### 3.2. SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Imprementar novos métodos de negociação para dar meios a população a regularização de débitos de cidadãos e empreendedores inadimplentes junto ao fisco estadual, objetivando aumentar a receita e reduzir a despesa pública. Para isso, adotaremos as seguintes medidas de cumprimento da lei de Responsabilidade Fiscal; redução da alíquota da carga tributária, preferencialmente ICMS, pois o nosso estado possui alíquotas das mais elevadas do país; acelerar a liquidação de empresas públicas que já estão nesse processo; privatizar empresas estatais não ligadas às finalidades públicas essenciais; garantir à Secretaria poderes para controlar a execução orçamentária do Estado de maneira mais centralizada; gestão do orçamento do Estado por centro de custo, evitando o desperdício; revisão das políticas de preço mínimo de custo nas licitações estaduais, normalmente estipulados muito acima do preço que possivelmente seria obtido em licitações amplas, o que hoje prejudica o erário público e demais ações em busca de uma administração pública eficiente.

### 3.3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Queremos que o Piauí retorne a nos dar orgulho e ser a referência nacional em Educação que um dia já foi. Vamos lutar com todas as nossas forças para equiparar a Educação Pública à a Educação Privada. Sabemos que o ensino é a tabua de salvação do povo humildade, assim como foi na vida da Ravenna Castro. Vamos lutar para fazer fortes investimentos nesta área que vai alçar muitos piauienses para a ascensão social oportunizando melhores condições de vida para as eles e suas famílias. Vamos investir fortemente no nosso povo, para que nossos irmãos e nossos filhos possa sonhar e conseguir melhores dias.** A Constituição Federal, em seu artigo 212, exige que cada ente estadual invista pelo menos 25% do seu orçamento na educação. Ainda de acordo com a Constituição, os governos estaduais são primariamente responsáveis pelo Ensino Médio, ainda que também estejam aptos a promover o ensino nos demais níveis.

Priorizaremos a educação aliada à formação profissionalizante, ampliando a estrutura de suporte e desenvolvimento para atender este objetivo. Estudos do SENAI mostram que entre os jovens com ensino médio no Brasil, aqueles que possuem formação técnica tem salários até 15% maiores e aumentam em mais de 50% a chance de empregabilidade. Isto já está acontecendo de fato em outros estados da região nordeste, como por exemplo o Ceará, e será implementado no Piauí.

Quanto ao ensino superior, a Universidade Estadual (UESPI) em todos os seus campus, receberão apoio de estrutura e tecnologia para desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa. Outro grande problema que será enfrentado trata-se

do quantitativo insuficiente do corpo docente. Iremos regularizar o quadro docente através de concursos públicos.

Outro ponto a ser abordado com responsabilidade e comprometimento será a cultura, motivo pelo qual a Secretaria de Cultura também será incorporada à Secretaria de Educação, garantindo a desburocratização na realização de seus projetos.

As seguintes medidas deverão ser adotadas para aperfeiçoar a área educacional, cultural, científica e tecnológica:

- a) reforma pedagógica e revisão programática nas escolas estaduais, com foco em disciplinas básicas e tecnológicas;
- b) criação de uma rede de escolas profissionalizantes, em parceria com o Sistema S, com ensino integral;
- c) criação de um plano meritocrático para a rede estadual de ensino, melhorar progressivamente a remuneração do magistério, implantando modelo de bonificação por desempenho para os professores, visando a melhoria dos resultados de aprendizagem e o estímulo dos profissionais da rede estadual de ensino;
- d) implementação de parcerias público-privadas entre as escolas estaduais e empresas dos mais variados ramos, para a oferta de qualificação técnica no ensino médio, oferecendo formação aplicada às necessidades atuais do mercado de trabalho, como foco nas empresas que investirem no projeto;
- e) qualificação dos professores da rede de ensino para receber estudantes especiais, promovendo a inclusão social;
- f) realizar parcerias com o terceiro setor e empresas para o desenvolvimento de projetos educacionais;
- g) aperfeiçoar o preparo dos estudantes para o Enem nas escolas estaduais;
- h) ampliar o acesso ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA), em todos os níveis de ensino da educação básica, e desenvolver ações de alfabetização para jovens e adultos, especialmente nas regiões onde a taxa de analfabetismo é maior no Estado;
- i) desenvolver ações que promovam maior envolvimento das famílias com a educação dos filhos e com o trabalho educativo das escolas, melhorando o desempenho geral dos estudantes;

- j) reestruturar a gestão da UESPI e a concessão de bolsas, de modo a atrair pesquisadores e projetos de excelência e de interesse do Estado;
- k) busca pela autossuficiência de aparelhos culturais estaduais através de parcerias público-privadas, patrocínios e concessões;
- l) executar outros projetos que visem a melhoria da nossa educação estadual.

### **3.4. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

A agricultura familiar é um grande pilar da economia do país, sendo responsável por produzir cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Contudo, no Piauí, a maioria dos alimentos comercializados é produzida em outros estados da federação, como o Ceará, Bahia e Pernambuco, resultando em produtos mais caros para os piauienses. Precisamos incentivar o consumo e impulsionar a economia local.

Outro agravante é que ao Estado do Piauí possui uma grande área propícia à agricultura, mas tem sido mal aproveitada ao longo de anos. Entre os motivos, está a infraestrutura precária, que não permite o atendimento da população e o escoamento eficiente dos alimentos, deixando de gerar inúmeros empregos e desenvolvimento econômico sustentável para a região.

### **3.5. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

A saúde pública encontra-se em um estado caótico. Iremos priorizar os investimentos em saneamento básico e obras estruturantes que propiciem à população uma condição de vida mais segura e saudável. Para melhoria do atual quadro da saúde no Estado, propomo as seguintes medidas:

- a) cumprimento do dispositivo constitucional que obriga o Estado a aplicar 12% do orçamento em saúde;
- b) estruturação básica de hospitais existentes e a construção de novas unidades, inclusive nas cidades do interior, para descentralizar os atendimentos de baixa e média complexidade, desafogando os hospitais de urgência da capital;
- c) reforma dos hospitais de referência, com recurso próprio ou através de Parcerias Público-Privadas;
- d) estruturação digna para o atendimento de toda a rede de atenção materno-infantil, garantindo um parto humanizado desde a concepção até o nascimento. Para tanto priorizaremos a construção da nova maternidade do Estado;

- e) fortalecimento da capacitação e valorização dos profissionais de saúde do Estado, de forma a garantir um atendimento de qualidade, eficiência e focado no cuidado ao cidadão;
- f) reorganização do sistema de regulação, garantindo o acompanhamento e cumprimento das cotas de consultas e exames bem como racionalizando o uso de leitos de alta complexibilidade;
- g) estabelecimento de convênios com os municípios para a construção de Clínicas da Família ou contratação na rede privada por meio de Parcerias Público Privadas, que permitam a ampliação da cobertura do atendimento;
- h) trabalho em conjunto com as demais secretarias para garantir uma atuação ampla e multidisciplinar no tema da saúde, visando assim melhorar urgentemente os indicadores de saúde do Estado;
- i) estabelecimento de mecanismos de auditoria na gestão dos recursos de saúde, impedindo novas fraudes e desvios dos recursos públicos;
- j) parcerias com fundações e hospitais privados, militares e universitários para aumento do número de vagas para a rede pública e redução do tempo de espera das cirurgias eletivas;
- k) outras medidas que deem ao cidadão piauiense a garantia de um sistema de saúde digno, acessível e de qualidade.

### **3.5.1. Combate ao Consumo de Drogas e Tratamento**

O problema das drogas tem se agravado muito no Estado, inclusive com a interiorização do tráfico. Alguns municípios estão na rota dos traficantes, até pela ausência do aparelhamento público de segurança, o que é determinante para o aumento do número de dependentes químicos.

A assistência aos dependentes químicos é uma das prioridades do Governo Ravenna Castro por isso através de convênios com o Governo Federal fará investimentos em clínicas de recuperação, de forma especial em parceria com instituições religiosas que já possuem a experiência nessa área.

### **3.5.2 Saúde física e Mental de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, Saúde da Mulher, Saúde da Família, Saúde da Criança e Saúde da Pessoa Idosa**

A Saúde física e principalmente a mental sempre foi deficitária no Estado

do Piauí. Nosso Governo tem a meta de cuidar das pessoas que necessitem de atendimento psicológico sem maiores burocracia ou dificuldade de acesso do povo piauiense à saúde pública. Teresina, a capital do Piauí, é uma das cidades com os maiores índices de suicídio e de pessoas com problemas de saúde mental que necessitam de atendimento e ainda com suporte precário na Saúde. Também o Piauí tem altos índices de pessoas portadoras de necessidades especiais (físicas e mentais) que dependem da saúde pública ainda deficitária. Acabamos de passar pelo pico da pandemia da COVID 19 que vitimou parte dos piauienses, e até fatalmente, causando reflexos negativos não só na saúde, também na economia e nas famílias. O nosso Governo irá ter como primeira prioridade a Saúde. Ravenna Castro como governadora, tem a sensibilidade de olhar para a Saúde, pois vivencia de perto as necessidades dos portadores de necessidades especiais por ser mãe de criança menor de idade portadora do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e há mais de um ano depender da saúde pública, tendo que recorrer à Saúde Privada, que também é deficitária, para o tratamento de sua filha menor de idade, que cria sob seus cuidados. Também temos a consciência de que a saúde psicológica das crianças portadoras de necessidades especiais, além da saúde física, e de seus cuidadores, especialmente as mães de família, precisam e serão priorizadas no nosso Governo. Sabemos o quanto a saúde psicológica das mães e cuidadores sofre reflexos na jornada de cuidar de crianças e de pessoas no geral portadores de necessidades especiais. A sobrecarga psicológica precisa de um olhar mais sensível e a saúde mental das famílias e das pessoas portadores de necessidades será a nossa principal prioridade. Uma Saúde forte e acessível aos piauienses, criando e aparelhando hospitais regionais, com mais profissionais médicos, enfermeiros e especialistas trabalhando, com equipamentos e medicamentos necessários a servir a população, pois sem Saúde, nada funciona na vida de ninguém, não diferente na vida dos nossos irmãos piauienses. **Será nossa marca e principal prioridade: Saúde forte e acessível para o povo piauienses. Temos que cuidar das pessoas. Depois, todas as outras coisas serão acrescentadas!**

**Tomo emprestada a frase do nosso saudoso ex-prefeito Firmino Filho: “Economistas sabem como resuscitar uma economia, mas médicos não sabem como ressucitar vidas”. Saúde será nossa bandeira e marca número 1 neste nosso Governo! A Saúde física e mental das mulheres, das crianças, dos idosos, dos jovens, das famílias, todas serão priorizadas com aparelhamento e profissionais, fazendo o investimento total na Saúde e abrindo novas formas de tornar o Piauí um polo referência em Saúde comparado aos demais estados do Nordeste do Brasil. Por mais vacinas, por mais leitos, por mais médicos, mais estrutura para exames, mais medicamentos, mais profissionais, mais hospitais e mais dignidade e bem estar dos nossos irmãos piauienses. Será nossa prioridade número 1.**

### **3.6. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

A violência no país está em níveis alarmantes. No Piauí a situação também

é muito preocupante, a começar pelo efetivo da Polícia Militar, que atualmente é está em deficit e boa parte em fase de aposentadoria, quando a lei prevê um efetivo de 10 Mil. Quanto à Polícia Civil, o efetivo atual também é pouco, quando deveria ter 3.700 em média.

Além do baixo efetivo, a estrutura geral de trabalho é deficitária. Não há armamento suficiente, os poucos veículos não possuem manutenção adequada e muitas vezes não operam por falta de combustível. As delegacias, por sua vez, não possuem condições mínimas de funcionamento: computadores quebrados, falta de pessoal administrativo operacional e até material para registrar um boletim de ocorrência. Esta situação precisa ser revista diante da vulnerabilidade da população ao crime, seja nas cidades ou na zona rural.

Para combater a escala da violência no Estado, o nosso Governo irá tomar as seguintes medidas:

- a) planejamentos estratégico e institucional para a área de segurança pública, abordando todas as demandas necessárias para o enfrentamento da criminalidade;
- b) reestruturação do trabalho das polícias e delegacias para possibilitar as ações;
- c) reavaliação, ampliação e qualificação do quadro de pessoal que atua na segurança pública e ampliando esse quadro conforme a necessidade do Piauí, abrindo concurso público e chamando os concursados anualmente na nossa gestão;
- d) valorização das carreiras de policiais, peritos e agentes do sistema penitenciário;
- e) reestruturação e definição de metas para atuação efetiva do núcleo de inteligência, informação e integração entre as polícias;
- f) ações de combate ao tráfico de drogas, que se alastra pelo interior do Estado;
- g) reforço estrutural para redução da alta taxa de feminicídio e crimes ligados à homofobia, principalmente aumentando o número de delegacias especializadas;
- h) redução do número de homicídios e assaltos no Estado.

### **3.6.1. Polícia Militar do Estado do Piauí**

Para melhorias nas ações PMPI, o traremos as seguintes medidas:

- a) investimento significativo para acabar com a precariedade estrutural da organização;
- b) trabalho conjunto de cooperação entre PMPI, PCPI, PRF e Polícia Federal para impedir a entrada de drogas e armas ilegais no Estado, principalmente fiscalizando as fronteiras com infraestrutura adequada;
- c) revisão da estrutura de cargos para dar maior agilidade e aplicando a meritocracia nas promoções;
- d) criação de convênio entre as unidades de treinamento da PMPI e as prefeituras municipais que quiserem armar a Guarda Municipal em suas respectivas localidades, de forma a garantir segurança na ação dos agentes junto à população civil, aumentando o contingente armado do policiamento ostensivo do Estado;
- e) outras ações que possam garantir à PMPI reais condições para fazer seu trabalho de policiamento ostensivo com segurança e apoio do seu Governo e da sociedade civil.

### **3.6.2 Polícia Civil do Estado do Piauí**

Toda a polícia será aparelhada com o que há de mais moderno em tecnologia de investigação para tornar o processo investigativo muito mais eficiente, inclusive com uma “Central de Inteligência” dentro da Polícia Civil, em parceria direta com a ABIN e outros serviços brasileiros de inteligência.

Revitalização de todas as delegacias do estado, oferecendo a estas toda a estrutura necessária para o atendimento das necessidades emergenciais de segurança pela população;

### **3.6.3 Administração Penitenciária**

Dentro do processo evolutivo, ampliaremos o uso da inteligência no combate ao crime, a administração penitenciária passará a ser feita diretamente pela Secretaria de Segurança com apoio das Polícias Civil e Militar, de forma a coletar as informações que circulam nesses ambientes.

Ampliaremos as instalações da rede carcerária, através de Parcerias Público-Privadas, como forma de melhorar a qualidade do serviço penitenciário, trazendo maior dignidade ao preso, reduzindo custos e facilitando a obtenção de informações pela inteligência.

Implantaremos projetos de educação profissionalizante junto ao sistema

penitenciário para obtermos uma ressocialização do efetivo carcerário, inclusive na área de construção civil, possibilitando que os próprios presos aprendam a reformar as instalações dos presídios.

### **3.7 SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA**

A Secretaria Estadual de Infraestrutura, que agregará, entre outras funções, a responsabilidade de promover as obras necessárias, em conjunto com a organização viária e a estruturação energética.

#### **3.7.2 Obras**

Priorizar obras fundamentais que assegurem o desenvolvimento do Estado, vetando obras de interesses políticos e eleitoreiros, que quase sempre são superfaturadas e não concluídas.

Nosso foco principal será a realização de obras estruturantes que gerem forte impacto na economia e que viabilizem o desenvolvimento do estado, priorizando o saneamento básico e a construção de estradas.

Para as grandes obras e projetos, nosso Governo terá como política fundamental o uso de Parcerias Público-Privadas e também o apoio institucional para desburocratizar a concessão de licenças para empreendimentos de infraestrutura.

##### **3.7.1.1. Principais projetos de infraestrutura**

Em virtude da política de responsabilidade fiscal, bem como objetivando eliminar o desperdício de investimentos já realizados, a prioridade de grandes projetos de infraestrutura iniciará com a finalização dos projetos que já estão em andamento ou que foram finalizados com falhas fundamentais.

Para melhorar a infraestrutura do Estado, é necessário colocar em prática as seguintes ações:

- a) desenvolvimento de projetos de energia renováveis para gerar energia de qualidade;
- b) melhoria da comunicação com um cinturão digital nas regiões produtivas;
- c) a conclusão das estradas e duplicação das rodovias importantes para o escoamento da produção, como a Transcerrado, o que vai possibilitar também o transporte dos insumos básicos para o desenvolvimento dos projetos agrícolas;



- d) construção de pontes sobre o rio Parnaíba nas regiões turísticas e áreas produtivas, como o Cerrado Piauiense, evitando o isolamento da população e facilitando o escoamento da produção;
- e) esforço governamental para a conclusão da Transnordestina, o que vai reduzir os custos do transporte da produção agrícola;

### **3.7.3 Transportes**

Para melhorar a questão do transporte :

- 3.7.3.1 ampliação da rede de ônibus, melhorando a integração com os outros modais;
- 3.7.3.2 legalização do transporte alternativo, ampliando e integrando-o ao sistema de transporte primário;
- 3.7.3.3 aumento de ciclovias e estímulo a formas alternativas de locomoção, como bicicletas;
- 3.7.3.4 reorganização do trânsito e estudo viário para otimização do sistema de transporte;
- 3.7.3.5 auditoria sobre contratos e práticas do DETRAN e combate à indústria das multas, com revisão de limites de velocidade e transparência e informatização dos processos administrativos de recursos de multas;
- 3.7.3.6 estudo de viabilidade para construção de uma malha metroviária e investimento em outras formas de locomoção que gerem bem-estar e reduzam o tempo do cidadão piauiense, como a expansão do metrô interligando os principais bairros que abrigam as maiores populações.

### **3.7.4 Minas e Energia**

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Piauí é o segundo estado do Nordeste em incidência de minérios, perdendo apenas para a Bahia. Entre os diversos minerais se destacam o ferro, o níquel, diamantes, calcário, opala e argila. A jazida de níquel, localizada na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, é explorada atualmente pela Companhia Vale do Rio Doce. E no extremo sul do estado, na cidade de

Gilbués, temos a jazida de diamantes já explorada de forma industrial. O diamante do Piauí é considerado de excelente qualidade, inclusive certificado pelo próprio DNPM e pelo Kimberley, órgão de certificação das Nações Unidas que atesta origem e legalidade. Na região norte temos as minas de opala, também em exploração.

Quanto à energia limpa, temos um enorme potencial para desenvolvimento dos projetos de energia eólica e solar.

Projetos de geração de energia limpa, desburocratizando a exploração mineral e investindo na logística de escoamento.

### **3.7.5 Habitação**

O déficit habitacional do Piauí, de 156 mil casas, é o quarto maior do Brasil e a estimativa é de que a cada ano cerca de 9,5 mil pessoas precisem de casas para morar no estado. A inexistência de políticas habitacionais é responsável por essa demanda crescente. Diante dessa realidade, o governo Rauli Castro vai ampliar a parceria com o Governo Federal para a construção de casas populares, valorizando dessa forma a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí - ADH.

A legalização fundiária de imóveis, de forma que possam ser oficialmente incorporados ao patrimônio dos seus donos. Este projeto será efetivamente tirado do papel, priorizando as áreas urbanas e rurais minimizando esses conflitos, fiscalizando atividades dos cartórios, operacionalizando agilização dos processos em definitivo e requerendo o aumento das varas agrárias no Estado.

### **3.7.6 Saneamento Básico**

Nossa proposta para o saneamento envolve grandes investimentos no setor a partir de Parcerias Público-Privadas com desburocratização do setor e abertura do mercado para competidores em áreas específicas e parceria com municípios para organização estadual da rede, ainda que a maior parte das competências para gestão do setor esteja em âmbito municipal.

### **3.7.7 Tecnologia da Informação**

Será feito um estudo de reformulação das funções e prioridades da Agência de Tecnologia de Informação-ATI, utilizando sua capacidade ociosa para prestação externa de produtos e serviços em todo o estado, com a finalidade de tornar a empresa financeiramente autossustentável.

### **3.8 SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

É necessário equilibrar urgentemente as contas do Governo e enxugar a máquina pública, para que o Estado do Piauí volte a se desenvolver com rapidez, estabilidade e sustentabilidade.

Para que o Piauí se recupere dos mais de doze anos de atraso é necessário que o governo gere confiança nos investidores, através de uma gestão responsável e moralizadora, que promova segurança jurídica, segurança policial e segurança institucional. Devemos gerar um ambiente de livre-mercado onde o empresariado tenha acesso a regularização de propriedade de maneira desburocratizada, insumos e produtos de fácil acesso, mão de obra qualificada e obtenção de crédito e capital baratos.

Esse será o objetivo da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico: fazer o ambiente de negócios do Estado do Piauí atrativo, seguro e desburocratizado, para que os investimentos ocorram de maneira diversificada, na condução da iniciativa privada, ao invés da condução governamental.

O Governo deverá promover as seguintes medidas:

- a) criar uma força-tarefa da desburocratização, para analisar toda a legislação piauiense em busca de leis inúteis, redundantes ou encarecedoras da atividade empresarial e propor junto à ALEPI a sua revogação ou alteração;
- b) promover seminários e cursos para capacitação dos cidadãos piauienses ao empreendedorismo e geração de empregos;
- c) simplificar e reduzir processos burocráticos junto ao Governo do Estado na hora de legalizar empresas, quando não for possível simplesmente eliminar a burocracia em questão, em especial no que tange à JUCEPI;
- d) criar em parceria com o Governo Federal e as prefeituras, um “Centro do Empreendedorismo e Cidadania” em cada município do Estado, onde os empreendedores e cidadãos poderão requerer documentos e licenças para si próprio como pessoa física e para pessoas jurídicas com agilidade;

- e) foco na ampliação do acesso ao crédito para micro e pequenos empresários;
- f) demais ações em defesa de um Piauí desburocratizado, próspero e livre.

### **3.8.2 Agência de Fomento**

A criação da Agência de Fomento terá por objetivo representar um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, viabilizando projetos e investimentos capazes de tornar as empresas mais competitivas, com impacto direto na geração de novos postos de trabalho e na arrecadação de impostos.

### **3.8.3 Procon**

Estaremos promovendo total apoio ao sistema Procon em todo o Estado do Piauí, com um esforço especial na integração de toda a rede e uso da internet como plataforma preferencial de denúncias e resolução de conflitos.

### **3.8.4 Trabalho**

Segundo o IBGE, foram quase 200 mil desempregados no ano passado em todo o Piauí. O Piauí está entre os 10 estados do Brasil com maior taxa de desemprego.

Novas oportunidades de trabalho e geração de renda para todos, através das seguintes medidas:

- a) assegurar o emprego com carteira assinada, facilitado a entrada do jovem no mercado de trabalho;
- b) apoiar e incentivar o empreendedorismo, em especial entre jovens e mulheres;
- c) evitar que as indústrias já instaladas no Piauí migrem para outros estados e atrair indústrias através de incentivos fiscais, identificando regiões e setores específicos para cada investimento.

O lançamento de um programa especial para os jovens do Estado do Piauí que fornecerá bolsas de estudo aos jovens em situação de risco, atreladas à recuperação escolar do jovem, principalmente, à sua formação profissionalizante a ser prestada pela própria rede de ensino.

Da mesma forma, todo o esforço de assistência social realizado pela Secretaria responsável buscará também qualificar o assistido para o mercado de trabalho, de forma abrangente e inclusiva, garantindo a todos o treinamento necessário e adaptado às suas circunstâncias peculiares.

Por fim, destaca-se que o retorno da estabilidade econômica certamente resultará na criação de milhares de postos de trabalho, a serem divulgados e preenchidos com ajuda do órgão público responsável e do setor privado, engajado neste projeto de mudança.

### **3.8.5 Indústria e Serviços**

Melhorar através das seguintes medidas:

- a) desenvolvimento de um programa de industrialização com foco nas potencialidades de cada região, melhorando a renda per-capta e aumentando a oferta de empregos;
- b) incentivo à empresa familiar e ao pequeno e médio empresário, facilitando o acesso ao crédito;
- c) revisão da política tributária atual;
- d) investimento maciço na infraestrutura de escoamento de produção, principalmente através de obras e reformas, seja através do poder público, da iniciativa privada ou por PPPS, de meios de transporte, aeroportos, rodovias e ferrovias;
- e) demais ações em defesa do pleno desenvolvimento da indústria e do comércio de bens e serviços no Estado do Piauí.

### **3.8.6. Turismo**

O Piauí tem um grande potencial turístico, com suas belezas naturais, históricas e culturais, entretanto este potencial está subdesenvolvido e precisa de estrutura e investimento. É necessário incentivar a indústria do turismo para alavancar a economia e gerar empregos.

Com grandes potenciais turísticos, o Piauí ainda trata o turismo de forma amadora e descoordenada. Não gerando um fluxo contínuo e permanente que propicie um desenvolvimento autossustentável e perene nas distintas regiões do Estado.

Para incentivar o turismo no nosso Estado, propomos as seguintes medidas:

- a) garantir a infraestrutura básica nos potenciais turísticos do Estado, facilitando o acesso por estradas de qualidade e viabilizando a operação de aeroportos, como o de São Raimundo Nonato, onde fica o Parque Nacional da Serra da Capivara;
- b) investimento em qualificação profissional no setor de serviços do Piauí, em especial o ensino de línguas, em parceria público-privada, com cursos de idiomas preferencialmente online, e também em parceria com o sistema “S”;
- c) implantar ensino médio bilíngue, com horário integral, principalmente em municípios de grande potencial turístico;
- d) implementação de Áreas Especiais de Interesse Turístico, com grande gama de informação virtual para melhor aproveitamento do turista;
- e) criação de calendário permanente de turismo gastronômico, cultural e de negócios;
- f) maximizar as potencialidades turísticas de cada microrregião através de investimentos em parcerias público privadas ou apenas privadas com apoio público;
- g) concessão de áreas públicas para ecoturismo sustentável, nos termos da legislação ambiental vigente.

### **3.9 SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

O Piauí teve investimentos neste setor, entretanto, mal utilizados. Para reverter esse quadro é preciso estabelecer uma gestão multidisciplinar, articulando todas as áreas. Assim, sugerimos agregando numa mesma secretaria, as áreas de desenvolvimento social e direitos humanos, unindo as políticas assistenciais com trabalhos específicos com minorias carentes ou socialmente fragilizadas, além da pasta de esportes e lazer.

Iremos estabelecer e ampliar programas sociais que garantam auxílio à população impactada pela crise econômica, assim como garantiremos a assistência adequada à população em situação de rua.

**Garantir políticas que avancem na proteção aos direitos das mulheres, em todos os setores, saúde, emprego e renda, empreendedorismo, segurança, educação e demais necessidades, consolidando oportunidades equitativas independentemente de cor, credo, sexo, raça ou condição social. Enfatizando também o diálogo com os jovens para atender suas demandas.**

Para atingir esse objetivo, propomos as seguintes medidas:

- a) reativação e ampliação dos Restaurantes Populares;
- b) manter e complementar o Bolsa-Família para famílias em situação de extrema pobreza, mas com porta de saída através de programas de capacitação para retorno ao mercado de trabalho, bem como vinculação à presença contínua de crianças e adolescentes nas escolas;
- c) criar um programa de assistência às vítimas da violência no Piauí, em especial às vítimas de violência sexual e lesões corporais graves; bem como assistência psicológica aos familiares de vítimas de crimes violentos;
- d) reforçar os programas de prevenção à violência contra a mulher, bem como garantir adequada assistência às vítimas; promovendo a adequação dos serviços de saúde às mulheres vítimas de violência;
- e) ampliar e estruturar a rede de Delegacias da Mulher e treinar adequadamente as demais delegacias para o atendimento adequado e encaminhamento correto;
- f) promover políticas de combate ao assédio moral e sexual nos espaços públicos e privados;
- g) promover ações de Esportes e Cultura voltadas à juventude;
- h) reestruturar e ampliar a rede de acolhimento de crianças em situação de rua no Piauí e promover políticas voltadas a esse público em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Regional de Assistência Social e o Conselho Regional de Psicologia;
- i) promover e fortalecer os Conselhos Tutelares, capacitando seus quadros e viabilizando um adequado suporte técnico e logístico para a atuação dos Conselheiros nas diversas regiões e municípios do Estado;
- j) apoio às políticas de valorização de idosos, com expansão de programas de exercícios e “academias da terceira idade” em parques públicos, além de programas de prevenção a doenças;

- k) especial atenção aos portadores de necessidades especiais, com políticas públicas de promoção à acessibilidade e emprego, além da concessão de apoio assistencial em casos de extrema gravidade, sem prejuízo do tratamento devido via SUS.

### **3.9.2 Esporte e Lazer**

O Piauí tem potencial para o desenvolvimento das atividades esportivas, mas sofre de uma carência absoluta de projetos e investimentos em infraestrutura para este fim.

Assim, sugerimos as seguintes políticas:

- a) fortalecimento da parceria do Governo do Estado com federações desportivas e clubes;
- b) apoio e subsídio a iniciativas individuais junto à população para ações e projetos que estimulem o esporte e o lazer, facilitando o uso de espaços e aparelhos públicos de prática desportiva, além de eventual aporte financeiro para bolsas e patrocínios para atletas e entidades, em especial no desporto olímpico e paraolímpico;
- c) ampliação e melhoria dos aparelhos desportivos e lazer públicos do Estado, buscando, através de Parcerias Público-Privadas, reestruturar e melhorar a qualidade e limpeza do espaço compartilhado ao público;
- d) outras medidas que visem valorizar a prática desportiva e qualifiquem o lazer da população piauiense, estimulando o jovem a se integrar ao esporte.

## **3.10 SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Objetivando administrar as atividades econômicas que possam gerar impacto ambiental, e permitir o desenvolvimento da economia sem agredir o meio ambiente, devemos tomar as seguintes providências:

- a) estabelecer um sistema privado eficiente e justo de direitos sobre recursos naturais, gerando sustentabilidade no seu uso;
- b) investimento em formas de exploração econômica dos recursos naturais que não agridam o meio-ambiente;



- c) investimento na proteção, preservação e defesa do meio-ambiente sob responsabilidade do Estado;
- d) buscar meios de premiar economicamente a compensação ambiental praticada pelo setor privado e incentivar a substituição das tecnologias poluentes através da abertura de crédito de fácil acesso;
- e) ter o processo analisado e as licenças ambientais emitidas em até 45 dias como meta ideal;
- f) tornar todo o processo de licenciamento no Estado do Piauí automatizado para tomada de decisão;
- g) implantar, em parceria com os municípios, os sistemas para que as tomadas de decisão sejam usadas a fim de darem celeridade ao processo de emissão de licenças ambientais;
- h) dar celeridade às análises de aspectos cartoriais do trâmite ambiental;
- i) geração de consórcios entre municípios limítrofes para construção de aterros sanitários;
- j) priorizar as soluções do tratamento dos resíduos sólidos para geração de energia, através de usinas específicas a serem construídas e geridas de maneira privada ou por PPPS;
- k) investimento na utilização de “água de reuso” em diversos campos da atividade econômica que não envolvam consumo humano;
- l) demais ações em defesa do uso sustentável dos recursos naturais e de proteção ao meio ambiente

### **3.11 SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL**

É compromisso do nosso Governo investir neste setor através da melhoria da estrutura física e material da Secretaria e dos Batalhões em todo o Estado, garantindo a melhor qualidade na execução e prestação do serviço público.

Além disso, haverá especial atenção no investimento em tecnologia para prevenção de desastres naturais, principalmente em relação às chuvas que repetidamente vêm causando grandes tragédias nas regiões das barragens. Para isso, é necessária a elaboração de um projeto de parceria com as prefeituras em torno de uma fiscalização ativa contra as construções irregulares e desprovidas de segurança.

O Piauí, como outros estados do Nordeste, é acometido por longos períodos de estiagem e não há um planejamento governamental para resolver o problema na causa.

Para viabilizar a sobrevivência do homem no seu local de origem e promover o desenvolvimento econômico das regiões com enorme carência de abastecimento d'água, construiremos novas barragens e adutoras.

### **3.12 PGE, DPGE E CGE**

A Procuradoria Geral do Estado terá total independência para atuar em suas funções, para que possam agir sempre com o objetivo de defender o interesse público e não o interesse da administração governamental.

A Defensoria Pública do Estado do Piauí terá seu papel valorizado com estrutura e autonomia para realização da sua importante função social de garantia da proteção dos direitos dos cidadãos piauienses, que não podem arcar com os custos da advocacia privada.

Após a criação da Controladoria Geral do Estado, o Piauí ganhou um importante instrumento de controle, auditoria, ouvidoria, transparência e combate à corrupção. A CGE terá papel fundamental na execução de um programa anticorrupção a ser implementado e a CGE será estruturada para que não falte recursos na execução do trabalho.

## **CONCLUSÃO**

Precisamos valorizar cada vez mais as pessoas, depolitizar o máximo que puder a Administração e Gestão Público, exaltando a meritocracia em desmereço da indicação política ou apadrinhamento. A redução da máquina pública substituindo os “apadrinhados” por funcionários técnicos e de carreira qualificados, produtivos e eficientes. Esta mudança não se faz sem vontade política e por isso deve ser conduzida com firmeza e propósito de melhorar o Piauí para os piauienses, para os nosso povo, para as famílias, para os nossos filhos e as novas gerações que virão. Sempre tratar o povo com respeito, visando dar maior dignidade, tornar o Piauí um lugar de oportunidade e não de oportunistas. Queremos que as famílias piauienses tenham orgulho e condições dignas para se viver aqui, na nossa terra, nosso Estado, que Deus nos oportunizou nascer e viver. E que mandou sermos **“fortes e corajosos”, Josué 1:9**. Então que estejamos juntos nesta luta de pessoas fortes, corajosas e esperançosas de um Piauí melhor, pelas nossas famílias e pelos nossos filhos! Obrigada Senhor! Obrigada irmãos piauienses. Vamos à luta!